

*Para António Candeias,
o amigo cuja honestidade de pensador
sempre andou a par com a vontade e a capacidade de agir.*

I. RELATÓRIO DO ESTUDO

Opções educativas sectoriais de alguns países integrados
no PISA

Glória Ramalho (Coordenação)

Introdução

Perante o desafio que nos foi colocado pelo Conselho Nacional de Educação de procurar encontrar ensinamentos a partir dos resultados dos três ciclos do estudo internacional Programme for International Student Assessment (PISA), optámos por direccionar a nossa pesquisa para as medidas tomadas na última década por sete dos países participantes: Austrália, Canadá, Finlândia, Inglaterra, Irlanda e Japão, dadas as características positivas que revelaram ao longo dos três ciclos e Espanha pela proximidade da situação que apresenta.

O PISA é um programa internacional patrocinado pela OCDE que avalia competências literárias de estudantes de 15 anos. Entre o ano de 2000 e o de 2006 completou três ciclos de recolha de informação em que foram privilegiadas a Leitura (2000), a Matemática (2003) e as Ciências (2006).

Os estudos internacionais proporcionam a possibilidade de se compararem as aprendizagens dos jovens de vários países com diferentes sistemas educativos, mas também com história e culturas bem distintas. Não se pode, assim, ignorar a importância do contexto em que os sistemas educativos foram sendo construídos e se vão transformando. Por isso o estudo aqui apresentado começa com uma breve descrição da situação educativa em Portugal no contexto internacional, desde os fins do século XIX.

Por outro lado, sabemos da relação estreita existente entre os resultados obtidos em qualquer avaliação e os instrumentos concretos nela utilizados. Por outras palavras, não é possível avaliar conhecimentos e

capacidades de uma forma absoluta, mas sempre relativamente ao quadro teórico e aos métodos utilizados na elaboração desses instrumentos e à análise dos dados efectuada.

O quadro teórico do PISA foi explicitado em documentos tornados públicos antes da apresentação dos resultados obtidos em cada ciclo e os métodos utilizados tanto na construção e administração dos instrumentos como na análise de dados encontram-se detalhadamente expostos nos relatórios técnicos que sucederam à publicação desses resultados.

Os relatórios internacionais relativos a cada um destes ciclos (OECD 2001, 2004, 2007), para além de nos darem a conhecer os resultados médios obtidos em cada país nos vários domínios analisados, procuram relacionar esses resultados com algumas variáveis inerentes aos alunos e suas famílias e às escolas. Em particular, conhecendo-se a relação existente entre o estatuto sociocultural dos estudantes e o seu desempenho académico, procurou-se identificar a importância dessa relação em cada um dos países participantes.

No relatório publicado em 2007, podemos ver claramente a apreciação global da situação de cada país feita em termos dos resultados médios obtidos pelos alunos e também do impacto do estatuto sociocultural nesses resultados, considerando-se que quanto menor ele for, melhor é o sistema educativo em que o aluno se enquadra, uma vez que aquele proporciona uma maior equidade.

Foi, assim, baseado nestes dois indicadores que seleccionámos os países que iriam constituir o nosso pólo de interesse. Como afirmámos atrás, ao procurarmos informação sobre as iniciativas de política educativa tomadas nesses países não foi nossa convicção ser possível a sua transposição directa para a situação portuguesa; propusemo-nos antes obter um conjunto de conhecimentos que poderá vir a constituir-se mais tarde como objecto de análise.

Seleccionámos, assim, quatro dos países com melhor posicionamento quanto a resultados médios obtidos e à equidade manifestada: a Austrália, o

Canadá, a Finlândia e o Japão. Juntámos ainda dois outros países europeus que apresentam resultados globais apreciáveis (Reino Unido e Irlanda) ou se aproximam da realidade portuguesa (Espanha). Os desempenhos médios dos sete países obtidos nos três ciclos do PISA constam da Tabela 1, em cuja leitura convém ter presente que o valor médio obtido em cada ciclo no conjunto dos membros da OCDE é 500. No entanto, a comparação entre os valores médios dos vários ciclos do PISA só é válida a partir do ano em que cada domínio (Leitura, Matemática e Ciências) foi objecto de um maior número de itens de análise, 2000, 2003 e 2006 respectivamente.

Quadro 1. Desempenho médio dos alunos dos países seleccionados nos três domínios e nos três ciclos do PISA

	Matemática*			Ciências**			Leitura***		
	2000	2003	2006	2000	2003	2006	2000	2003	2006
Austrália	533	524	520	528	525	527	528	525	513
Canadá	533	532	527	529	519	534	534	528	527
Finlândia	536	544	548	538	548	563	546	543	547
Japão	557	534	523	550	548	531	522	498	498
Reino Unido	529	–	495	532	–	515	523	–	495
Irlanda	503	503	501	513	505	508	527	515	517
Espanha	476	485	480	491	487	488	493	481	461
Portugal	454	466	466	459	468	474	470	478	472

Fonte: dados retirados de OCDE, 2007

* resultados comparáveis a partir de 2003

** resultados comparáveis a partir de 2006

*** resultados comparáveis a partir de 2000

Estes países são distintos também na sua dimensão e nas soluções administrativas e políticas adoptadas. A diversidade interna é exemplificada pela Austrália, uma Federação de seis Estados e dois Territórios Internos, pelo Canadá que tem 13 Províncias/Territórios, pelo Reino Unido com diferenciação especialmente entre a Inglaterra e a Escócia e pela Espanha que inclui 17

Comunidades Autónomas. A Finlândia e a Irlanda, por outro lado, estão centradas em opções mais homogéneas.

Perante esta situação, optámos por considerar apenas as soluções adoptadas por alguns dos Estados/Territórios/Comunidades no caso dos países mais diversificados, a título exemplificativo.

Embora respeitando os grandes objectivos definidos para o estudo a reallizar, as limitações em matéria de recursos e tempo conduziram a uma opção de trabalho menos ambiciosa do que se gostaria e seria necessária.

Assim, deixou-se deliberadamente Portugal de fora em todos os capítulos com excepção do primeiro, que se refere ao sistema educativo português, e do quinto que compara o efeito da retenção no nosso país com o verificado em três outros países participantes no estudo PISA. Do mesmo modo, limitaram-se as fontes de informação sobretudo aos *sites* oficiais dos países considerados e a trabalhos aí referenciados, disponíveis na *Internet*. Praticou-se uma abordagem sucinta (por vezes, quase esquemática) e essencialmente descritiva, com um grau de desenvolvimento variável conforme a informação disponível por país. Pelas mesmas razões, não incluímos o estudo da concretização das políticas de educação, das práticas dos professores, da educação não formal, e de outros temas igualmente importantes, assim como não tratámos a Matemática e as Ciências tão separadamente como se poderia justificar.

Na elaboração deste trabalho propusemo-nos responder a um conjunto de questões (Anexo) agregadas em seis grandes áreas:

- a situação da educação em Portugal no contexto dos países ocidentais que nos permite enquadrar o nosso sistema educativo num contexto histórico, fundamental para a sua melhor compreensão;
- a caracterização dos sistemas de ensino em análise, do ponto de vista da sua estrutura, organização e forma de gerir a diversidade que nos permite uma visão global onde se enquadram os outros temas abordados;

- as opções políticas no tocante ao ensino da Matemática e das Ciências dão-nos ideia das preocupações actuais existentes nestes domínios e das reformas curriculares eventualmente em curso nos países seleccionados;
- uma caracterização das formas de avaliação de alunos previstas ou já existentes e opções realizadas no domínio dos recursos educativos são também intervenções com um impacto potencialmente relevante nas aprendizagens dos jovens;
- a apreciação da relação entre os resultados obtidos no estudo PISA no domínio da Matemática e a retenção dos alunos que nos facultam uma imagem da evolução deste factor nos três ciclos PISA já decorridos;
- a abordagem das questões relativas aos problemas de comportamento nos vários países, as orientações e medidas tomadas centralmente e o apoio fornecido às escolas neste domínio, ilustrando formas de prevenir e remediar situações disfuncionais com sérias implicações no aproveitamento escolar, que nos parece também muito importante analisar.

Concretamente, este trabalho começa por situar o sistema educativo português no contexto dos outros países ocidentais desde os finais do século XIX até aos dias de hoje. António Candeias ilustra, assim, o lugar de Portugal nos processos de escolarização ocidentais entre os séculos XIX e XXI.

Num segundo capítulo, Carmo Gregório caracteriza, em traços gerais, os sistemas de ensino de cada um dos países seleccionados, e descreve a forma como neles se organiza a gestão da diversidade no que se refere à origem dos alunos, às suas idades e às competências que manifestam.

As questões curriculares são abordadas nos capítulos três e quatro. No terceiro capítulo Vítor Gil e Glória Ramalho situam algumas iniciativas políticas recentes na procura de soluções educativas para o ensino da Matemática e das Ciências, explicitando preocupações que se manifestam na actualidade, repartição de responsabilidade na definição do currículo e reformas curriculares com implicações no ensino destas disciplinas. No

quarto capítulo Glória Ramalho, Carmo Gregório e Victor Gil expõem as opções tomadas sobre a avaliação dos alunos nos países em análise e descrevem as políticas educativas vigentes no que se refere a manuais e outros recursos educativos.

No quinto capítulo, Maria Eugénia Ferrão, com a colaboração de Vera Navio, analisa a relação existente entre a retenção de alunos e a composição da escola em termos socioeconómicos e o desempenho em Matemática manifestado nos estudos PISA em 2003 e em 2006.

Por fim, Ana Carita, com a colaboração de Inês Peceguina, apresenta-nos no sexto capítulo as orientações e as medidas tomadas pelos governos dos países abordados para lidar com as questões do comportamento dos alunos nos anos de escolaridade correspondentes ao nosso ensino básico. Na verdade, acabam por aproveitar esta oportunidade para alargar o campo de incidência da observação, considerando, nomeadamente a função formativa da escola nos domínios sociais e afectivos, numa ampla perspectiva de educação para a cidadania.

Temos, assim, um produto final equilibrado em que se pondera uma desejável harmonização com o respeito pelas linhas gerais dos contributos individuais.

Como atrás referimos, a maior parte da pesquisa relativa aos vários países, com a excepção do primeiro capítulo, foi, na ausência de trabalhos já publicados sobre este conjunto de temas, baseada na informação disponível nos *sites* oficiais dos ministérios e departamentos de educação dos governos dos vários países e decorreu entre Outubro de 2008 e Março de 2009. Embora a dimensão do nosso esforço tivesse sido elevada, não ignoramos as limitações inerentes a este processo, designadamente não nos é possível ter a certeza que cobrimos toda a informação potencialmente relevante para os temas em causa, além de que não temos conhecimento do grau de concretização das medidas identificadas nem do seu grau de sucesso.

Queremos igualmente sublinhar que a exposição que se apresenta não pretende ser um contraponto à realidade portuguesa, embora se considere

que a discussão dos temas abordados seja útil para a educação no nosso país. Por outro lado, não se advoga aqui uma interpretação de causa-efeito entre as medidas que foram adoptadas nos países seleccionados e os resultados no estudo internacional. Julgou-se antes interessante enunciar os diagnósticos efectuados e as medidas políticas iniciadas ou recomendadas em países com manifesto bom desempenho no estudo PISA.

A terminar esta introdução, ressalva-se que, ao reunir-se informação sobre as iniciativas de política educativa tomadas ou projectadas nos vários países seleccionados, não foi nossa convicção ser possível a sua transposição directa para a situação portuguesa; propusemo-nos, antes, obter um conjunto de conhecimentos que poderá vir a constituir-se como objecto de reflexão e análise numa discussão ulterior sobre política educativa.

Por último, gostaríamos de manifestar o nosso vivo agradecimento aos comentadores que apreciaram o nosso trabalho, dando preciosos contributos não só para o seu melhoramento como também para o desenvolvimento de investimentos futuros.

Post-scriptum:

Fomos surpreendidos pelo desaparecimento de António Candeias no passado dia 6 de Novembro.

É-nos difícil, na sua ausência, encarar este trabalho que construímos colectivamente.

Dedicamos-lhe este nosso Estudo, numa homenagem comovida e sincera ao investigador, incansável questionador, entusiasta no esforço de procura, sempre interventor. Ao amigo.

